

Globethics Repository



Uma Sociedade em 'Estado de Sítio'? [A Society in 'State of Sístio'?]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Terkessídís, Mark
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-19 03:45:03
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163416

podem mais ignorar, como no tempo do nazismo, pessoas ameaçadas. Salvar a vida desnuda dessas pessoas não é nenhuma desvalorização totalitária da vida, mas significa o exato oposto.

UMA SOCIEDADE EM ‘ESTADO DE SÍTIO’?

Reproduzimos o artigo de Mark Terkessidis, publicado no diário **Freitag. Die Ost-West-Wochenzeitung**, em 10 de maio de 2002. No artigo, Terkessidis pergunta, de modo provocativo, o que Giorgio Agamben e Robert Steinhäuser (jovem estudante alemão, que, em 2002, irrompe numa escola em Erfurt e chacina quem encontra pela frente) têm em comum. Da autoria de Mark Terkessidis e de Tom Holert é o livro **Entsichert. Krieg als Massenkultur im 21. Jahrhundert**: [De arma em punho. A Guerra como Cultura de Massas no século 21]. Os subtítulos e a tradução são dos nossos colegas do CEPAT, de Curitiba, aos quais agradecemos.

A vida é bela: a relação com o passado e a atualidade

Quando, há cerca de três anos, o cômico italiano Roberto Benigni lançou o filme *A vida é bela*, os críticos se perguntaram: “É correto rir sobre a vida no campo de concentração?” Na discussão, estava em jogo, como sempre, nossa relação com o passado. Ninguém mencionou que o filme também pode ter algo a ver com nossa atualidade. Em sua estréia como diretor, o próprio Benigni protagonizou o semijudeu Guido, que é arrastado com o filho ao campo de concentração. A fim de poupar o pequeno do sofrimento, Guido simula que o acampamento é uma espécie de parque de diversões – uma grande brincadeira. Talvez o leitor se pergunte o que isso tem em comum com nossa vida. Pois bem, havia uma série de indícios. A primeira pista levou a um anúncio. Por volta da época do lançamento do filme *A vida é bela* foi feita propaganda do carro popular Smart na Alemanha com os seguintes dizeres: “A primeira cela de alta segurança turbinada”.

A segunda pista se materializou na cidade velha de Colônia. Pouco antes do início das exposições, havia acontecido ali, em nome da segurança da população sequiosa de compras, uma medida policial de despejo. Tratava-se de uma medida de política populacional que visava a produzir determinada imagem da cidade: sem os sem-teto e drogados, o centro de Colônia nitidamente dava mais a impressão de um permanente desfile de amor – como o sonho aquoso dos políticos e autores de tablóides que representam o “novo centro” individualizado. Ainda o terceiro indício levou ao subúrbio de Colônia. Depois que *A vida é bela* já havia desocupado os cinemas, uma série de jovens se deixou aprisionar ali num contêiner de moradia. Na série *Big Brother* foi mostrado que pessoas internadas e depois forçadas a tarefas totalmente estúpidas conseguiam, apesar disso, ficar de ótimo humor. Todos os três casos mencionados explicitam que, na sociedade atual, já não se excluem determinadas formas de internação (por blindagem, expulsão, aprisionamento) de um lado e a exibição de divertimentos de outro – ao contrário: condicionam-se praticamente. É precisamente disso que trata *A vida é bela*: que nos encontramos no interior de um campo sitiado e encenamos a um espectador que tudo é uma enorme diversão.

Os ‘acampamentos’ da sociedade moderna – as *gated communities*

Nos últimos anos, o filósofo italiano Giorgio Agamben foi quem escreveu que o ‘acampamento’ passou das margens para o centro da sociedade. Sua obra principal **Homo Sacer** foi recentemente publicada também em alemão. Nela Agamben afirma que, em face da multiplicação de acampamentos em todo o mundo – as “*gated communities*” [comunidades com porteira], os presídios de descarte, as zonas de internamento para fugitivos em aeroportos ou

os campos de prisioneiros na guerra civil da Bósnia-Herzegovina – o acampamento entretanto se desenvolveu como “nova lei biopolítica do planeta”. Ele explica que isso não acontece por acaso, porque o acampamento já está implícito no moderno princípio da soberania estatal. O soberano aparece como personagem paradoxal, porque, por um lado, ele concretiza a lei, a norma, e por outro, ele tem o direito de decretar o estado de sítio. Nessa situação, o ponto de referência de seu domínio é de forma muito direta cada indivíduo da respectiva comunidade. No entanto, esse indivíduo é despido, diante do soberano, de todas as suas qualidades concretas – passando a ser, como Agamben o designa, segundo uma imagem obscura do direito romano, “*homo sacer*”, vida nua. Essa vida nua – o verdadeiro sujeito político da Modernidade – também se revela como personagem limítrofe no relacionamento com o soberano. Uma vez que, a qualquer momento, pode ser submetida ao estado de sítio, ela se encontra simultaneamente dentro e fora da ordem de direito. O acampamento, portanto, é o lugar do regime de exceção por excelência, onde a vida despida se expressa com toda a sua nudez. No acampamento, a soberania deixa às claras toda a sua verdade oculta. A multiplicação dos acampamentos a que estamos presenciando atualmente, de acordo com Agamben, se deve ao fato de que presentemente o estado de sítio está tendendo a se tornar regra. De forma análoga, aliás, argumentam também Michael Hardt e Toni Negri em o *Império*.

Caminhamos da normalidade aos regimes de exceção

O livro de Agamben é tão complicado, quanto assistemático e ele acaba não dizendo absolutamente nada acerca de que condições concretas, afinal, teriam levado justamente agora a esse dramático deslocamento de norma e exceção. Seus pensamentos tampouco são novos, e muitos deles podem ser lidos em formato muito mais bem refletido, por exemplo, no brilhante e injustamente esquecido teórico político Nicos Poulantzas. Não obstante, Agamben está colocando o dedo numa ferida, e vale a pena pôr-se em movimento à luz de seus pensamentos, porque não pode haver dúvida de que as zonas de exceção do direito se multiplicam. Isso vale de um lado para os bem aquinhoados, que a si mesmos se enclausuram em *shopping centers*, condomínios fechados e jipes blindados. Aqui uma arquitetura cada vez mais isenta de lacunas, com portarias de câmaras eletrônicas, instalações de alarmes e segurança particular, atesta o estado de exceção. Por outro lado, no entanto, isso vale também para o extremo inferior da sociedade – o espectro varia desde acampamentos para fugitivos ciganos na Alemanha, nos quais atualmente até se pensa em construir escolas, passando pelos campos de refugiados palestinos que há muito se tornaram pequenas cidades, até as gaiolas para “lutadores ilegais” na base de Guantánamo. Com o *Big Brother*, o enclausuramento finalmente virou entretenimento. Ao desnudar no *Homo sacer* a correlação entre lei e exceção, Agamben aponta para a circunstância de que seria totalmente ingênuo acreditar que a silenciosa multiplicação dos acampamentos não teria nenhuma consequência para a “normalidade” de nossa vida.

A chacina de Erfurt

De fato, essa normalidade já se encontra sob bombardeio constante, como novamente ficou evidenciado justamente agora na chacina de Robert Steinhäuser em Erfurt. Se levarmos adiante esse ponto, o pensamento de Agamben, o jovem faz parte de uma multidão crescente de indivíduos supostamente vanguardistas – os membros de quadrilhas, os fora-da-lei, os guerrilheiros étnicos e os homens-bomba – que alcançam um máximo de soberania pelo fato de colocar em risco sua vida nua. Tipos como Robert Steinhäuser tomam a lei nas próprias mãos, reclamando para si o direito de intervenção. No começo, responsabilizam determinado grupo de pessoas, sem aceitação de cada uma, pela falta de perspectivas da sua própria situação. Com

sua “intervenção”, eles finalmente transformam os integrantes desse grupo em vida nua e a si próprios, por breve espaço de tempo, numa espécie de minissoberanos. Ao mesmo tempo, porém, essas intervenções também são sempre o que Gilles Deleuze e Félix Guattari chamaram certa vez de ato para a mídia: trata-se de ações que são encenadas para uma platéia.

A política da violência para solucionar conflitos

Realmente se discutiu muito de onde Steinhäuser extraiu a legitimação para a sua matança. Foram os videogames? A música? As cenas de violência na televisão? O jogo eletrônico *Counterstrike* na verdade foi constantemente mencionado, porém ninguém reparou no conteúdo desse jogo – pois nele acontece o combate a terroristas. Isso não será digno de nota nos dias da onipresente “*war on terrorism*” [guerra ao terrorismo]? Ademais Steinhäuser havia respondido com arrogância à pergunta pelo que, afinal, gostaria de ser no futuro: político. Seria, portanto, possível subentender que Steinhäuser deriva seu direito à intervenção de uma política que ininterruptamente declara o estado de sítio? De uma política que considera a violência como um meio legítimo de solucionar conflitos, desprezando, nessa ação, conscientemente a lei? Tomemos como exemplo o Kosovo. Ali foi a OTAN que decretou o estado de exceção, arrogando-se o poder de uma intervenção policial que suspendeu o direito das nações. Ademais também se tratava de um ato para a mídia, porque os envolvidos obviamente prestaram muita atenção em que seus atos fossem mostrados perante as câmaras numa luz favorável. Já por ocasião da Guerra do Golfo, Giorgio Agamben havia notado que a consequência da “investidura do soberano como oficial de polícia” consiste em incriminar o adversário. “Hoje”, escrevia ele naquela época, “já não existe no mundo nenhum chefe de Estado que não seja, nesse sentido, um criminoso em potencial”. Na realidade, o político e o exterminador são duas figuras complementares num cenário, em que sujeitos impotentes visam a restabelecer sua soberania através de encenações na mídia de massas e através de intervenções de curto prazo.

A normalidade pode se tornar uma exceção

Deveria estar claro que, dessa maneira, avança cada vez mais a destruição da normalidade e da norma em favor do regime de exceção. Vários comentaristas salientaram na televisão que nada voltará jamais à normalidade em Erfurt. Quase com prazer, a mídia participou da expansão do regime de exceção, porque, afinal, é do ramo dos acontecimentos. Enquanto em Erfurt a normalidade supostamente desapareceu para sempre, o Estado alemão reconquistou sua normalidade, uma vez que agora impôs seu direito à intervenção. Concretamente isso não significa outra coisa senão dizer que o estado de sítio se tornou regra. Para a juventude revoltosa dos anos cinquenta e sessenta, a normalidade significava um horror coercitivo e monótono. Entrementes uma vida cotidiana harmônica e tranqüila se tornou um bem cobiçado. Na Sarajevo dividida, a população compreendia a normalidade praticamente como meio de resistência contra o terror causado pelos bombardeios da artilharia e pelos franco-atiradores, como pôde observar naquela ocasião, a repórter italiana Sabina Fedeli. Cada vez mais a normalidade surge pela administração autônoma – com bastante frequência contra o Estado. Quando o Estado se torna instância destruidora da normalidade, é preciso defender de modo incondicional os trâmites da lei. Finalmente – e também isso é explicitado por Agamben – no futuro, será decisivo inventar modelos de política que transcendam o princípio homicida da soberania.